

# Real deve resistir a pressões políticas

por César Felício

de Brasília

**N**em crescimento da economia a 9%, como previu o ministro do Planejamento, Antonio Kandir, em caso de vitória do governo, nem o mergulho no caos em caso de derrota, como antevê o ex-ministro da Fazenda, Ciro Gomes. Os economistas e empresários com assento no Congresso, tanto da oposição quanto do governo, não acreditam em mudanças bruscas na economia do País conforme o futuro da emenda da reeleição.

"Ouçam o que eu digo: o efeito de uma vitória ou derrota do presidente na emenda da reeleição é zero para a economia. Fernando Henrique não é o Espírito Santo, para que a simples possibilidade de se reeleger traga investimento estrangeiro, e nem o plano econômico é tão frágil assim para se desmontar com uma derrota política", comentou com a sua habitual ironia o deputado Delfim Netto (PPB-SP), ex-ministro da Fazenda e do Planejamento e um dos principais operadores políticos no Legislativo do "presidenciável" de seu partido, o prefeito paulistano Paulo Salim Maluf.

## Primeira hora

Para Delfim Netto, o presidente usa uma estranha "lógica do abismo" quando defensores do seu governo apontam uma desarticulação política e econômica total se a emenda fracassar. "O presidente sempre se coloca como alternativa ao caos. Não vai haver caos nenhum. Toda a consistência do plano econômico do governo de Fernando Henrique se centra em âncoras que não irão variar qualquer que seja o resultado da emenda, que é o câmbio fixo e os juros altos, que garantem o fluxo da especulação estrangeira".

Aliado de primeira hora do governo, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), concorda com a tese de poucas mudanças. "A estabilidade é fundamental para a diminuição do risco, mas a vinda de investimentos com a reeleição é apenas uma possibilidade. E Fernando Henrique vitorioso não vai subir no palanque liberando dinheiro porque sabe que o ajuste fiscal é fundamental para manter a moeda estável em 98, ano da eleição. Estamos preparados para um 97 austero", afirmou, acrescentando que "uma derrota de Fernando Henrique não irá abalar seu prestígio a ponto de desgastá-lo perante a opinião pública".

A deputada Maria da Conceição Tavares (PT-RJ), economista de maior expressão na oposição, vaticina, em tom ácido: "Fernando Henrique está com a sua ação administrativa paralisada desde o início do governo, por conta do projeto da reeleição, que exige a mobilização de uma base política ampla demais para qualquer projeto consistente, e vai continuar assim se passar a emenda. Ele aposta na utopia do consenso, em agradar ao mesmo tempo investidores estrangeiros e nacionais, ruralistas e sem-terra, governadores e banqueiros, empresários e sindicalistas, e, como não reconhece que todos estes grupos têm interessantes conflitantes, não faz absolutamente nada, a não ser promessas".

Conceição ironiza, comentando, "quem sabe, se ele for derrotado, ele não comece a governar, fazendo opções, e isto seja melhor para o País". Para a deputada, "o ano de 1997 será muito duro, submetido a duas pressões contrárias: a necessidade de se fazer um ajuste fiscal e um ajuste na balança de pagamentos, que pode ser recessivo, e a necessidade de se manter a base política em razão da sucessão, que pesa nas contas do Tesouro. Esta lógica não vai ser rompida com a votação da emenda da reeleição".

Defensor radical da reeleição, o ex-ministro do Planejamento e senador Beni Veras (PSDB-CE) diz que, qualquer que seja o resultado do embate, a prioridade do governo para 1997 será uma rigorosa reforma fiscal. "É preciso retomar com força total a tramitação das reformas previdenciária, administrativa e fiscal, que podem trazer impopularidade no próximo ano, mas terão seus efeitos na opinião públicas neutralizados no ano eleitoral, que é 1998. Caso Fernando Henrique perca, a meta continua a mesma, podendo o presidente até ousar mais, sem a perspectiva de uma nova eleição", afirmou Veras, numa curiosa confluência com uma das teses da senadora petista: a de que Fernando Henrique poderá destruir a sua ação administrativa. ■